

Estados ampliam despesas com saúde e educação

Contas públicas Gastos sociais e com educação avançam com receita maior, mas sustentação do cenário é incerta

Estados reforçam saúde e reduzem segurança

Marta Watanabe
De São Paulo

As várias e sucessivas condições extraordinárias que marcam o atual mandato dos governadores, como a pandemia de covid-19 e a arrecadação surpreendente no ano passado, resultaram em fatia maior de gastos dos Estados para educação e saúde na primeira metade de 2022 enquanto a segurança e as despesas com Previdência perderam espaço. Puxadas por investimentos mais altos em ano de eleições, áreas ligadas a infraestrutura, como transportes, urbanismo, habitação e saneamento, também avançaram. Nos 26 Estados e Distrito Federal se destaca a assistência social, que tem participação pequena, mas cresceu em ritmo acelerado sob efeito de programas de transferência de renda que os entes federados passaram a oferecer para amenizar o impacto social da crise sanitária.

Levantamento do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Fapesp) mostra que a situação fiscal dos Estados favoreceu a execução de políticas públicas na primeira metade do ano. A nota técnica produzida por Ursula Dias Peres e Fábio Pereira dos Santos indica, porém, que, além déficit acumulado na

demanda por serviços em várias áreas, a redução recente nas alíquotas do ICMS em setores importantes de arrecadação impactar a arrecadação do segundo semestre e a sustentabilidade do quadro favorável da primeira metade do ano (Ver texto abaixo).

Segundo o levantamento, somadas, as áreas de saúde e educação absorveram R\$ 133,09 bilhões em gastos estaduais de janeiro a junho deste ano, com alta real de 12,4% contra iguais meses do ano passado e de 16,5% em relação a 2019, ainda no pré-pandemia. Esses gastos incluem pessoal, custeio e investimentos. As despesas totais dos Estados, descontadas as transferências obrigatórias, cresceram em ritmo bem menor, respectivamente, 6,1% e 6,2%. O ritmo mais acelerado que a média fez a fatia somada da saúde e educação avançar de 27,6% para 30,3% das despesas totais de 2019 para este ano, sempre considerando o primeiro semestre. Foram considerados os gastos liquidados, com valores atualizados pelo IPCA. Os dados foram retirados dos relatórios fiscais entregues pelos Estados.

No mesmo período, segurança, que alcançou de janeiro a junho deste ano gastos de R\$ 46,6 bilhões e fatia de 10,6% da despesa total,

perdeu 0,6 ponto percentual de participação contra iguais meses de 2019. A mais representativa das funções, a Previdência Social, também perdeu fatia, de 24,1% para 22,9%. Os gastos estaduais nessa área totalizaram R\$ 100,37 bilhões na primeira metade deste ano.

Os reajustes salariais, as projeções iniciais de arrecadação mais alta de ICMS para 2022 e a compensação de gastos que cairam já em 2020 contribuíram para o avanço de 24,9% reais nos gastos com educação no primeiro semestre de 2022 contra igual período do ano passado no agregado dos entes federados, aponta Ursula, que é professora da área de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP). Ela lembra ainda que o prazo de reposição de despesas na área para os Estados que não cumpriram o mínimo constitucional de 25% das receitas em 2021 vai até 2023, o que induz os gastos em educação neste ano.

Na saúde, a despesa de janeiro a junho de 2022 avançou somente 0,7% contra iguais meses do ano passado. A área, porém, tem base de comparação alta, com gastos que foram impulsionados desde 2020, com a crise sanitária. O aumento em relação ao primeiro semestre de 2019 foi de 17,5%. Santos, pesquisador associado ao CEM, avalia que a função saúde deve continuar apresentando despesas reais acima do nível pré-pandemia ao menos nos próximos anos, em razão de serviços que passaram a ser ofertados e que geraram novas demandas. Ursula destaca também a pressão adicional por serviços públicos de saúde gerados pela demanda represada durante a pandemia e pelos sequelados de covid-19. Há ainda, acrescenta, o efeito dos investimentos em equipamentos de saúde, que geram despesas correntes anuais de até 90% do valor da obra, como é o caso de hospitais, explica.

Já as despesas na Previdência Social e na segurança a evolução de gastos foi diversa. Embora com alta real de 2,9% de janeiro a junho deste ano em relação a igual período do ano passado, os gastos previdenciários ficaram apenas 0,9% acima dos da primeira metade de 2019. A redução da fatia dos gastos previdenciários, salienta Santos, não se deu, de forma geral, por medidas estruturais como reformas previdenciárias. A estagnação de gastos, diz ele, está relacionada às restrições da Lei Complementar 173, que em 2020 limitou contratações e reajustes salariais a servidores públicos em contrapartida às transferências extraordinárias para o combate aos efeitos da pandemia. O efeito se explica porque ainda há grande vinculação entre o salário de ativos e aposentados.



Ursula Dias Peres: pressão adicional sobre o sistema de saúde durante a pandemia, o que inclui sequelados da covid

A mesma restrição, diz Santos, pesou sobre a segurança, cujo gasto subiu 4,9% reais neste ano contra 2021, com alta de apenas 0,6% em relação a 2019, sempre considerando a primeira metade do ano. O gasto em segurança, explica, segue o comportamento do pagamento da folha de salários das polícias militar e civil. Para Ursula, a restrição à contratação também pesou na área, que provavelmente não teve contingente de pessoal reposto em todos os Estados.

Também puxaram as despesas estaduais as áreas relacionadas aos investimentos em infraestrutura. Somadas, as áreas de habitação, saneamento, transportes e urbanismo alcançaram despesas de R\$ 25,28 bilhões em 2022, com alta de 7,2% contra o ano passado e quase dobrando os R\$ 12,99 bilhões de 2019. O conjunto das quatro funções avançou de 3,1% do total das despesas em 2019 para 5,8% este ano, mantendo a comparação de janeiro a junho.

O desempenho reflete em parte a evolução dos investimentos totais, que avançaram de 1,9% para 6,5% da despesa total em igual período. De 2019 para cá os investimentos saltaram de R\$ 8,6 bilhões para R\$ 31,4 bilhões. Comparando com o ano anterior, com investimentos afetados pelo calendário eleitoral, esses gastos quase triplicaram, sempre considerando valores corrigidos pelo IPCA.

Incôgnita marca cenário para o próximo mandato

De São Paulo

aos Estados, ainda que isso tenha sido levado ao Judiciário.

O retrato bom das contas estaduais da primeira metade do ano, com cenário que permitiu aumento de investimentos e de gastos em áreas sociais, corre risco de não se manter para o próximo mandato.

"A foto do primeiro semestre de 2022 é boa, mas o fim do filme ainda está aberto", diz Ursula Dias Peres, professora da EACH/USP. Ela lembra que a elevação de gastos dos Estados tanto em áreas de infraestrutura como também na área social foram propiciadas pela alta de arrecadação.

Segundo o levantamento, a Receita Corrente Líquida dos 26 Estados e Distrito Federal somou R\$ 501,89 bilhões de janeiro a junho deste ano, com alta real de 10,6% contra iguais meses de 2021 e 21,6% acima contra 2019. Puxada por fatores conjunturais, a arrecadação de ICMS subiu 5% e 16,9%, respectivamente.

Para Fábio Pereira dos Santos, pesquisador associado ao CEM, o saldo em caixa dos Estados deve ter papel importante em termos fiscais. Segundo o Banco Central, os Estados tinham, em 31 de maio, R\$ 191,4 bilhões em disponibilidade de caixa. Trata-se de um nível de recursos que provavelmente contribuirá para o saldo ao fim de 2022 próximo ao de dezembro de 2021 e funcionará como amortecedor para eventual queda de receita em 2023, diz. Isso deve resultar num 2023 "substancialmente melhor" que 2019, primeiro ano de mandato dos atuais governadores. "Mas não se sabe sobre 2024 e anos seguintes", ressalva. Parte disso dependerá de medidas dos novos governos — locais e federal.

Ursula diz que os governadores eleitos estarão sujeitos também a novas pressões por reajustes, já que as reposições dadas este ano foram corroídas pela inflação. Além disso, há necessidade de recomposição da máquina pública, que em muitos Estados estão sem contratações desde a crise anterior à pandemia. As demandas por políticas públicas também se mantêm, sobretudo na área social.

Saúde e educação puxam despesas

Dos Estados, por funções selecionadas - em R\$ bilhões

Função	Valor		Falta na despesa total* - %	
	Jan-Jun/22	Jan-Jun/2019	Jan-Jun/2019	Jan-Jun/2022
Previdência Social	100,37	100,37	24,1	22,9
Educação	71,49	15	15	16,3
Saúde	61,6	12,7	12,7	14
Segurança Pública	46,63	11,2	11,2	10,6
Transporte	18,04	12,3	12,3	4,1
Assistência Social	4,99	0,6	0,6	1,1
Urbanismo	4,69	0,5	0,5	1,1
Saneamento	1,68	0,2	0,2	10,4
Habitação	0,88	0,1	0,1	0,2

Gastos por natureza

Despesas liquidadas - em R\$ bilhões

Gasto	Valor		Falta na despesa total geral - %	
	Jan-Jun/22	Jan-Jun/2019	Jan-Jun/2019	Jan-Jun/2022
Amortização, juros e encargos da dívida	29,22	5,9	5,9	6,1
Investimentos financeiros	3,23	0,7	0,7	0,7
Investimentos	31,43	1,9	1,9	6,5
Outras despesas correntes	170,98	36,3	36,3	35,3
Pessoal e encargos	248,89	55,2	55,2	51,4
Total Geral	483,76	100	100	

Alta nas receitas

Valores realizados - em R\$ bilhões

Conta	Valor		Variação - %	
	Jan-Jun/22	Jan-Jun/2022/2019**	Jan-Jun/2022/2019**	Jan-Jun/2022/2021**
Receita***	501,89	21,6	21,6	10,6
ICMS	351,39	16,9	16,9	5
FPE	81,09	25,7	25,7	13,9

Fonte: Elaboração CEM, partir de relatórios RREO do Scaf. *Despesa total excluído as transferências obrigatórias. **Variação real em valores corrigidos pelo IPCA. ***Receita Corrente Líquida (RCL).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4